

A PARANIZAÇÃO DO PARANÁ: LITERATURA & IDENTIDADE CULTURAL NO JORNAL *NICOLAU* (1987-1996)

[PARANIZATION OF PARANÁ: LITERATURE & CULTURAL IDENTITY AT *NICOLAU* JOURNAL (1987-1996)]

Marco Aurélio de Souzaⁱ

ORCID 0000-0002-3161-8378

Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR, Brasil

Resumo: Este artigo analisa uma das principais estratégias editoriais do jornal *Nicolau* (1987-1996), qual seja, sua forte orientação para temas de interesse regional, examinando o papel por ele desempenhado no desenvolvimento histórico da literatura paranaense. Identificando as origens de sua postura “paranista”, demonstro de que modo a atuação do jornal contribuiu para a consolidação de uma autoconsciência da literatura paranaense, até então marcada por uma descontinuidade estrutural.

Palavras-chave: Sistema literário regional; Jornal Nicolau; Literatura paranaense.

Abstract: This article analyzes one of the most important strategies used by *Nicolau* journal (1987-1996), which is related to its orientation to focus on regional themes, examining its role on the development of paranaense literature history. By identifying its “paranista” posture, I explain how the journal's work contributes to the consolidation of a paranaense literature self conscience, showing a structural discontinuity by then.

Keywords: Regional literary system; Nicolau; Paranaense Literature.

Introdução

Gestado e financiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, o jornal *Nicolau* foi um dos mais célebres periódicos culturais de sua época. Inicialmente capitaneado pelo escritor Wilson Bueno, foi editado entre os anos de 1987 e 1996, atravessando três gestões diferentes do poder executivo estadual e chegando à expressiva marca de 60 números publicados. Aliando o frescor criativo dos pequenos veículos da imprensa alternativa dos anos setenta, a exemplo d'*O Pasquim*, com o alcance e a estabilidade proporcionados pelo financiamento público, o tabloide se tornou conhecido no meio cultural brasileiro por ter veiculado reportagens de alto nível, manifestação artísticas de vanguarda e, para ficarmos com apenas três de suas qualidades, entrevistas com grandes personalidades culturais, científicas e políticas do Brasil e do mundo. Impulsionado pela grande circulação, em seu auge, na sexta edição, *Nicolau* chegou a ostentar uma tiragem de 162.500 exemplares, os quais eram encartados por grandes jornais e distribuídos gratuitamente para bibliotecas e pontos culturais do estado do Paraná, mas também para leitores do país inteiro.

Parte de um esforço analítico mais amplo, vinculado à minha tese de doutorado (SOUZA, 2020), este artigo busca demonstrar a relação estreita entre o *Nicolau* e uma política de formação ou invenção da identidade cultural paranaense – discussão que remonta ao início do século XX, mas parece ter encontrado fôlego renovado no estado durante o período da redemocratização do Brasil, com o fim da ditadura militar. Deste modo, compreendo sua postura de afirmação regional como um exemplo de paranismo extemporâneo – aqui compreendido de forma ampla, desvinculada dos aspectos mais programáticos do Paranismo como movimento cultural¹ –, que, no campo literário, colaborou para a consolidação de uma autoconsciência da literatura paranaense, até então marcada por um quadro de descontinuidade estrutural. Antes de nos voltarmos para essa questão, porém, detenhamo-nos um momento no modo como o periódico

¹ Nesta aproximação, tomo por base a clássica definição do historiador Romário Martins, para quem o termo paranista designa todo aquele que trabalha para a afirmação do Paraná frente ao conjunto da nação, possuindo por ele “uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna” (MARTINS, 1946, p. 121).

oficial se insere no contexto mais amplo da discussão paranaense acerca da identidade cultural como problema de Estado.

Em busca do devir paranaense

Em janeiro de 1987, por ocasião do seminário “A Constituinte e o Poder Legislativo”, a Assembleia Legislativa do Paraná recebeu o jurista René Dotti em um evento voltado à promoção de discussões relevantes para a elaboração de uma nova constituição estadual. Convidado a palestrar no parlamento, o advogado, que naquele ano se tornaria o Secretário de Cultura de Álvaro Dias, dividiu o seu longo discurso em duas partes: a primeira debatendo as diferentes constituições brasileiras do período republicano; a segunda tematizando questões específicas do estado, sob o título de “As prioridades do Paraná”. Nesta última, chama atenção o destaque dado pelo jurista às questões culturais e identitárias, como que antecipando suas diretrizes de trabalho à frente da pasta que em breve comandaria.

Logo de início, Dotti enfatiza a necessidade de uma mudança de atitude mental por parte do “homem paranaense”, que para ele deveria “interpretar um novo papel no quadro das expectativas nacionais: o de reverter o sentimento de excessiva modéstia para revelar as faces da inteligência e da pujança” (DOTTI apud COSTA, 1994, p. 604). Em seu argumento, o palestrante não deixa dúvidas sobre a urgência daquela tarefa, declarando ser essa “a primeira das prioridades do Paraná no tempo e na nova Constituinte: a sua identidade social, política, econômica e cultural frente às demais unidades da Federação” (DOTTI apud COSTA, 1994, p. 604).

Arrolando argumentos que corroborem a visão de um estado próspero em todos os sentidos, René Dotti compõe sua defesa da afirmação regional em diversos momentos de seu discurso, não raro desdobrando aquela premissa em pontos semelhantes, também considerados por ele como “prioridades”:

A integração do território paranaense com todas as formas de expressão constitui outra importante prioridade. As mais variadas e fecundas manifestações de vida do Estado e da Sociedade devem convergir na perspectiva de uma unidade federativa com estilos próprios de existência. (DOTTI apud COSTA, 1994, p. 606)

Expressando sua indignação frente ao que considera serem modelos centralizadores de organização social, que estabelecem, “a fórceps, uma igualdade nos

estilos de linguagem, nos modos de comportamento, na música, na arte, na literatura, nas expressões gerais do espírito e nas formas mais diversificadas de expressão” (DOTTI apud COSTA, 1994, p. 606), o jurista defende a união de todos os paranaenses em torno das causas que interessam à “hegemonia do Estado”. Para que esta união seja possível, porém, Dotti encontra uma condição:

Respeitadas as peculiaridades locais e regionais que dão vida e colorido aos mais variados espaços físicos, devemos, todos nós paranaenses lutar para eliminar o fenômeno ainda remanescente dos guetos sociais, políticos, econômicos e culturais no interesse da hegemonia do Estado. E um dos caminhos imediatos desse generoso processo consiste na supressão do critério de tratamento e consideração entre as cidades do Sul e as cidades do Norte, entre as comunidades do Leste e as comunidades do Oeste.

Esta instalação material e espiritual nos proporcionará, Sr. Presidente, melhor presença no cenário nacional e maiores condições de luta para reivindicação de interesses comuns. (DOTTI apud COSTA, 1994, p. 606)

Vê-se, portanto, que, para Dotti, a formação de uma identidade cultural não deve ser vista como politicamente desinteressada; ao contrário, ela é fundamental para um exercício político de maior envergadura, condizente com a grandeza econômica que o estado possui. Fruto de sua visão a respeito dos problemas políticos do Paraná, nesse momento, a atuação política de Dotti parece ter sido condizente com o diagnóstico de descompressão nacional que o historiador Dennison de Oliveira apresenta em relação ao período em questão, “marcado pela ascendência dos Estados enquanto unidades subnacionais mais importantes [...], como atores de maior relevância no atual quadro político-institucional” (OLIVEIRA, 2001, p. 81).

Se o refluxo nacionalista impulsionado pela redemocratização do país é capaz de explicar a emergência de um discurso voltado à promoção da identidade regional, o caso paranaense, porém, é mais complexo. Marcado por diferentes processos de colonização, desde a primeira metade do século XX, o Paraná convive com descontinuidades culturais e geográficas que marcam a clássica divisão do historiador Ruy Wachowicz (2010, p. 331) dos três Paranás: o Tradicional, correspondente ao primeiro e ao segundo planaltos, de ocupação mais antiga; o Norte do Paraná, colonizado majoritariamente por paulistas, e o Oeste do Paraná, de colonização gaúcha². Obedecendo a lógicas distintas de desenvolvimento, somente na segunda metade do século XX as três regiões

² Lembrando sempre que tal divisão passa ao largo de discussões mais complexas, a exemplo da presença indígena no território paranaense, e, aqui, não deve ser vista como adesão à ideia de “vazio demográfico”, mas sim como uma simplificação didática dos principais processos históricos que ocorreram na região.

paranaenses encontraram alguma integração econômica, resultado de grandes investimentos de infraestrutura e do processo de industrialização estimulado pelo poder público estadual.

Segundo Oliveira, no Paraná, a industrialização “só ganhou impulso, verdadeiramente, a partir de 1960, quando as condições institucionais de intervenção do Estado brasileiro na promoção da industrialização já haviam produzido expressivos resultados, no plano nacional e regional” (OLIVEIRA, 2001, p. 25). A estas condições institucionais se somaram preocupações bastante orgânicas da elite política paranaense, que passou a vislumbrar nas populações do Norte e Oeste um risco à unidade territorial do estado, e na industrialização um caminho para a coesão social:

Ocorre que o sucesso do Paraná como exportador de café trazia em seu bojo alguns processos inquietantes para as elites paranaenses. O principal é que essas áreas tinham conexões econômicas não com o Estado do Paraná, como se pode supor, mas sim com a cafeicultura paulista. Dessa forma, essas populações não só adquiriam os produtos industrializados e de consumo necessários em São Paulo, como exportavam o seu café pelo Porto de Santos.

Daí adviriam duas consequências graves para as elites políticas do Paraná: a evasão de divisas e a possível quebra da unidade territorial do Estado. Este último temor é uma constante na história política dessa unidade da federação, remontando à criação da província do Paraná (desmembrada precisamente de São Paulo em 1853), passando pela experiência do Contestado (1911) e pelo desmembramento temporário do Sudoeste, sob a forma do Território Federal do Iguaçu (1937-1946), e sendo reatualizado com as propostas contemporâneas de criação do Estado do Paranapanema (às custas do desmembramento do Norte do Estado, 1991-1992).

Em função da percepção de ambos os perigos, começou a ser gerado no Paraná um projeto de industrialização do Estado, que fosse capaz tanto de promover o desenvolvimento econômico, evitando a evasão de divisas, quanto a integração territorial, afastando o perigo de desmembramento de partes do território. A administração Ney Braga (1961-1966) irá dar forma concreta a esses projetos. De fato, o Governador do Partido Democrata Cristão (PDC) assume o governo colocando essas preocupações como centrais no seu programa de governo. (OLIVEIRA, 2001, p. 45)

Com este horizonte, a administração Ney Braga reuniu esforços para a racionalização da máquina administrativa e sua capacitação para a atuação como propulsora do desenvolvimento econômico e industrial, formando uma elite de planejamento ligada a órgãos públicos como a Codepar. Consonante com o projeto desenvolvimentista alavancado a nível nacional pela gestão federal de Juscelino Kubitschek, o projeto das elites paranaenses visava, para além de seu propósito efetivamente econômico, amenizar um problema colateral da colonização tardia do Norte do Paraná, realizada por mineiros, nordestinos e, especialmente, paulistas: a

fragmentação do território paranaense, cujas ligações entre as regiões novas e velhas não era efetiva, implicando, como visto, na evasão de divisas e na identidade do Norte paranaense com o estado de São Paulo. O argumento é endossado por Trindade e Andreazza, para as quais era

[...] indispensável a criação de uma boa rede de transportes que ligasse litoral e planalto, Sul e Norte, o Paraná a Mato Grosso e São Paulo, conduzindo a um melhor escoamento da produção do Estado. A malha viária faria também a integração de diversas regiões em torno de uma *identidade territorial* que convergiria para o centro administrativo, a capital. Da mesma forma, construir-se-ia uma *identidade populacional*, quando indivíduos de diferentes procedências se aproximariam do centro administrativo em busca da solução de seus problemas. (ANDREAZZA; TRINDADE, 2001, p. 104)

Em se tratando de Paraná, portanto, industrialização, urbanização e integração regional eram temas correlatos, que corriam juntos na medida em que a primeira surgiu como recurso capaz de garantir a unidade territorial e, como consequência, uma “identidade populacional”, impedindo a formação de uma nova unidade federativa – fantasma que assombrou as elites políticas do Paraná ao longo de quase todo o século XX, da questão do Contestado ao projeto separatista apresentado ao Congresso Nacional por parlamentares do sudoeste do Paraná em 1993, que autorizava um plebiscito nas regiões Oeste do Paraná e de Santa Catarina com vistas à formação do Estado do Iguazu³. Daí o surgimento, segundo Dennison de Oliveira (2001, p. 48), de uma versão paranaense da ideologia desenvolvimentista dominante no cenário nacional dos anos 1960, com terminologia tomada de empréstimo dos teóricos da Cepal.

Mediante a criação de estatais voltadas ao desenvolvimento regional, como a já mencionada Codepar – que deveria financiar projetos de infraestrutura e industrialização, criada em 1962 –, o governo paranaense direciona seus esforços no sentido de concretizar a integração regional, conquistando expressivos resultados, dos quais a construção da Rodovia do Café aparece como ícone e carro-chefe. Na década seguinte, a implementação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC, iniciada em 1973) e a instalação da Refinaria de Araucária (1976), somadas ao crescimento econômico extraordinário da primeira metade da década, consolidaram a industrialização

³ Sobre a atuação política da bancada paranaense frente a esta que podemos considerar como a mais recente tentativa efetiva de desmembramento do território paranaense, ver COSTA, 1994, p. 738.

paranaense e, com ela, a urbanização do estado e o inchaço populacional da capital, principal destino do êxodo rural paranaense⁴.

Assim, a década de 1980 representa ao Paraná a consolidação de um estado urbano, industrial e, dentro dos parâmetros nacionais, de economia pujante, o que colaborou para uma integração de suas regiões em âmbito econômico, mas não resolveu os problemas de fragmentação de seu tecido social a nível cultural. Daí a avaliação de Trindade e Andrezza, para as quais, no início dos anos 1970 (mas também ainda hoje, poderíamos acrescentar), as diferenças de povoamento ainda marcavam o cenário paranaense:

Mesmo que as diversas ondas de povoamento hajam introduzido a integração de todo o território e propiciado diversos êxitos no campo econômico e político; e mesmo que se tenha formado um determinado tipo de sociedade e induzido a fundação de muitas cidades, a integração das diversas regiões ainda não se havia completado. Persistiam as diferenças que marcavam o velho e o novo Paraná. (ANDREAZZA; TRINDADE, 2001, p. 120)

Multiplicada rapidamente pela intensa colonização agrícola do Norte e do Oeste, que em poucas décadas transformou a paisagem e a economia destas regiões, a população paranaense carecia, é claro, de esforços em prol de uma coesão social. Sem nos aprofundarmos demais nesta questão, que resultaria em uma tese à parte, podemos esboçar uma explicação para o fracasso da contraparte cultural no processo de consolidação de uma unidade estadual mediante o represamento dos regionalismos ao longo do regime militar. Frente à retórica nacionalista e à centralização autoritária do poder político que marcaram o período, a “paranização” do estado permaneceu apenas como uma promessa no horizonte do poder público, contrariado pelo dado do tempo. Daí o argumento apresentado por René Dotti, portanto, em seu discurso proferido na Assembleia Legislativa do Paraná, em janeiro de 1987. Neste momento, se a integração econômica parecia uma tarefa já superada, as diferenças culturais, porém, persistiam (e ainda persistem) na região.

Assim, não é fruto do acaso que uma publicação com nítida preocupação relacionada à identidade cultural paranaense, como o *Nicolau*, tenha surgido justamente

⁴ Sem nos esquecermos da terceirização dos problemas sociais e ambientais curitibanos, uma vez que a cidade expulsou as empresas poluentes de seu território, garantindo a ela o mito de capital ecológica e modelo, enquanto as cidades vizinhas serviram como dormitório para os trabalhadores mais precarizados e destino dos problemas ambientais advindos da face mais agressiva da industrialização, contrapartida das “empresas limpas” que se instalaram na capital.

durante a gestão de Dotti na pasta da Cultura do governo estadual. Embora o jornal possua múltiplas chaves de leitura, parece-me inequívoco que entre suas principais linhas editoriais podemos identificar um desejo de promover a “prata da casa”, revelando para o Brasil as qualidades paranaenses. Marcas deste objetivo se encontram dentro do próprio jornal, não apenas mediante uma análise de seu conteúdo, mas muitas vezes de forma explícita, pelo discurso de figuras políticas de vulto. Se a criação de um espaço aberto à prata da casa é reconhecida desde o seu primeiro número, aqui e ali ela aparecerá com mais força, como no texto assinado por Roberto Requião na edição 46, período em que o político já exercia sua liderança no poder executivo do Paraná. Nele, Requião aponta para o que é, a seu ver, uma das missões intelectuais do *Nicolau*: dar voz e vez ao paranaense sem, contudo, cair no provincianismo estéril das agremiações bairristas. Em seu artigo, depois de repisar a importância da publicação em âmbito nacional e internacional, o político ressaltou o compromisso do jornal com sua região:

Por outro lado, o *Nicolau* quer ser, também, um espaço aberto aos valores paranaenses. Em outros termos, é uma proposta de jornal nacional, aberto especialmente aos nomes do Paraná, sem contudo transformar-se num veículo de caráter provinciano (e, portanto, ultramontano). Sem dúvida, podemos dizer que nunca os produtores de cultura do Paraná tiveram tanto espaço para divulgar seus trabalhos, inserindo-se no espaço maior da cultura cosmopolita. (REQUIÃO, 1992, p. 3)

Impossível, portanto, não reconhecer a vocação do *Nicolau* para ser uma vitrine aos produtores de cultura do Paraná. Mais do que isso, em se aceitando a avaliação de Requião – “nunca os produtores de cultura do Paraná tiveram tanto espaço para divulgar seus trabalhos” –, a dimensão inédita deste esforço de valorização regional assegura ao jornal uma posição singular na história cultural do estado. Nesta senda, cumpre refletir sobre o modo como a questão regional aparece ou transparece nas páginas do periódico, avaliando a natureza da publicação e as escolhas editoriais da equipe sob a luz desta vinculação com a cultura local, aqui entendida como uma plataforma política de alçada oficial. Com *Nicolau*, portanto, a identidade paranaense não se mostra um assunto fútil ou menor: revela-se enquanto prioridade na agenda do poder público, frente a qual o veículo se constituía como um instrumento.

***Nicolau*, ou: a cultura como assunto de Estado**

Embora a longa trajetória do jornal *Nicolau* tenha propiciado diversas mudanças de rumo e linha editorial⁵, há características que parecem ter sobrevivido a todas as fases da publicação. Dentre elas, podemos destacar sua predileção pelos assuntos regionais. De fato, desde seus primeiros números do jornal – e especialmente neles –, o periódico esteve disposto a servir como uma espécie de catalisador da cultura local, sem perder com isso o universalismo explicitamente almejado. Embora o vínculo geográfico não fosse uma regra, do primeiro ao último número, os nomes ligados ao estado se sobressaem e dão o tom da publicação. Do mesmo modo, os temas das reportagens e artigos, os personagens entrevistados, os livros resenhados, os escritores publicados, tudo parecia confluir para um projeto de valorização regional, mediante a estratégia de colocar lado a lado as expressões artísticas e culturais ditas universais ou vanguardistas com o que de melhor (na avaliação de sua equipe) se produzia entre os paranaenses, dando aos autores e artistas regionais um estatuto que, de outro modo, dificilmente receberiam.

Em uma breve amostragem do que se publicou sob a forma de reportagem, encontramos, por exemplo, Adolpho Mariano da Costa escrevendo sobre o Oeste do Paraná logo à primeira edição; Geraldo Teixeira, por sua vez, utiliza-se do artista plástico Michaud como pretexto para uma longa reportagem sobre a ilha de Superaguá; Eraldo Teixeira escreveu a respeito da Estrada do Colono e da região de Itaipu na segunda edição do jornal, que também contou com ensaio fotográfico de Lina Faria sobre a população litorânea do estado e, em reportagem, com Adélia Lopes jogando luz sobre um artista plástico do norte do Paraná que, entre louco e visionário, construiu sua própria “arca de Noé”. Na terceira edição, Roberto Ribas Lange escreve sobre a Ilha do Mel. Na quarta, uma reportagem fotográfica rememora a história da Revolta dos Posseiros, no sudoeste do estado e, na quinta, as comunidades quilombolas dos Campos Gerais são chamadas para o centro das atenções.

Em termos de recortes temáticos mais clássicos, podemos mencionar a discussão de Arthur Tramujas Neto, na edição 37, sobre a importância histórica da erva-mate para o Paraná, onde o autor explora a contribuição dos “paulistas do sul” para a identidade do

⁵ Para um histórico mais completo da publicação, ver: SOUZA, 2020.

sul-brasileiro e defende o chimarrão como um legado paranaense à cultura sulista (contrariando o senso comum que o associa de forma automática ao Rio Grande do Sul); as aventuras de Saint-Hilaire pelo planalto curitibano, em artigo de Marcello Maia, na edição 44; ou ainda, num esforço pela história recente, a publicação de artigos sobre a ditadura militar no Paraná, na edição 40 do *Nicolau*. Ainda em termos de historiografia, vale mencionarmos o destaque dado à história local na sexta edição: novamente abordando a Revolta dos Posseiros (desta vez sob a forma de artigo), discutindo a trajetória histórica da Universidade do Paraná e apresentando as revistas literárias do estado nos anos de 1940.

Poupando o leitor do enfadonho recurso, não prolongarei indefinidamente a lista de exemplos relacionados à história paranaense encontrados na publicação, que são inúmeros. Para além ou aquém dos artigos com viés social, histórico ou geográfico, porém, cabe apontar ainda ao fato de que o *Nicolau* também observou a realidade paranaense pelo ângulo da arte e da cultura popular. Do fandango caiçara ao chimarrão, o jornal publicou cartunistas locais, entrevistou atores formados no estado e publicou resenhas não somente de livros como também de discos lançados por músicos paranaenses, a exemplo de Arrigo Barnabé (n. 44), Beijo AA Força (n. 47) e Carlos Careqa (n. 49).

Cumprir assinalar, portanto, o quanto o caráter paranista do jornal esteve presente ao longo de toda a história da publicação, que contou ainda com uma seção dedicada exclusivamente aos assuntos e experiências do Paraná, a *Nós*, espaço destinado a depoimentos ou relatos de experiências ligadas de algum modo à região. Se bem que de forma irregular, a seção foi publicada ao longo de quase toda a trajetória do periódico, indo dos assuntos mais práticos da política, como a oferta de luz elétrica nas áreas rurais do estado (discussão realizada por Ivo Pugnaroni no quarto número do jornal), aos mais subjetivos, como os panoramas memorialísticos ou afetivos sobre diferentes regiões do estado, a exemplo dos artigos de Vera Maria Biscaia Vianna Baptista, sobre o norte do Paraná (*Nós na beira do rio, cuidando da vida*, n. 9); de Emir Mancia, sobre o Noroeste (*Nós do Noroeste*, n. 06); Mariano Adolpho Costa, sobre o Oeste (*Nós do Oeste*, n. 1); Estefano Ulandowski, sobre a serra do mar (n. 32); ou ainda o de Francisco de Alencar, sobre a tríplice fronteira (*Nós da tríplice fronteira*, n. 7). A seção contou ainda com relatos históricos – os anos 1940 pela pena de Samuel Guimarães da Costa, em *Nós*,

jovens dos anos 40, cavando a vida (n. 13), e de José Paulo Paes, em *Nós num começo de vida* (n. 12); o maio de 68 em Curitiba, por Luiz Manfredini (n. 11); e os anos 70 na capital pela ótica de Deonísio da Silva (n. 14) – e ainda avaliações sobre a produção cultural do estado (n. 4, com Otávio Duarte), além de depoimentos baseados em estudos acadêmicos ou jornalísticos (Reinoldo Atem, n. 37).

Investido desse espírito, o sentimento de que o veículo trabalhasse em prol da afirmação de uma identidade regional acabou sendo identificado por muitos colaboradores e leitores, como no caso da diretora de teatro Nitis Jacon que, na seção *Painel* da edição número 2, após dar boas-vindas à publicação, faz votos de que o *Nicolau* “possa ser um agente mais eficiente da paranização deste Estado” (JACON, 1987, p. 3), dando a entender que a população paranaense carecia de elementos de coesão, de referenciais identitários que a ligassem em profundidade com sua própria terra, e que o tabloide poderia cumprir em alguma medida esta função.

Nem todos os leitores, porém, viam nesta linha editorial uma virtude. De tão evidente, a onipresença paranaense no jornal tornou-se, após certo ponto, alvo também de eventuais críticas da parte dos leitores, que manifestavam seu desagrado na seção *Cartas na página*. A primeira delas aparece na edição de número 19, quando um leitor mineiro revela sua insatisfação diante da linha adotada pelo *Nicolau*. A mesma opinião se repete na edição de número 25, mediante a carta de um leitor paulista que chama atenção para o mesmo “problema”:

Concordo com os leitores de *Nicolau* que escrevem sugerindo uma abertura maior para autores de outros estados. Isso não quer dizer que a prata da casa não seja boa. É ótima, todos sabem bem disso. Mercedes Vasconcellos. Itaquera – SP. (VASCONCELLOS, 1989, p. 26)

Ironicamente, a manifestação de desagrado – que busca equilíbrio ao concluir com um elogio à “prata da casa” – foi publicada em edição integralmente dedicada à memória de Paulo Leminski, por ocasião de sua morte; homenagem justa, pela participação assídua que o poeta teve no periódico, mas que reforça ainda mais a imagem do jornal como vitrine da “prata da casa”.

Como que defendendo o jornal de tais críticas, Wilson Bueno inicia o editorial da edição 28 falando contra o que chama de “bairrismos canhestros”, sem deixar, por isso, de publicar nesta mesma edição um vasto material relativo à cultura local. Da entrevista com o artista plástico Flávio Colin à publicação de dois poetas paranaenses na seção

Triz, das fotografias históricas de Curitiba ao texto de Leminski sobre o futurismo na cidade, do ensaio sobre a cidade da Lapa à ficção de Valêncio Xavier, da resenha sobre livro de Jamil Snege ao retorno da seção *Nós* (ausente por algumas edições), o conteúdo da edição não desmente seu editorial, mas fornece elementos para a insistência nas mesmas críticas. Assim, as acusações de favorecimento regional aparecem logo no número seguinte, quando uma leitora do Ceará sugere que, para além dos novos poetas do Paraná, o periódico deveria se abrir para os novos de todo o Brasil:

Escrevo novamente para *Nicolau*, para dar algumas sugestões, além dos elogios merecidos. As sugestões são para que divulguem e deem espaço aos novos poetas e artistas em geral, não se restringindo aos novos do Paraná. Cristina Vilar, Palmares/CE. (VILAR, 1990, p. 26)

Mediante a mesma estratégia retórica, o carioca Francisco Filardi faz coro à reclamação de Cristina na edição de número 44, chamando atenção para o fato de que a seção *Revelações*, criada há não muitas edições e destinada exclusivamente aos poetas inéditos do Paraná, deveria abrir espaço para escritores de outras regiões:

Se vocês me permitem uma crítica, creio que *Nicolau* esteja regionalizando muito. Entendo que o jornal esteja lutando pela identidade cultural do estado do Paraná, mas não é pelo caráter “exclusividade” que isso irá ocorrer. Vejo a coluna REVELAÇÕES como um ponto altamente significativo, contudo seria muito mais profundo e elegante se esta fosse destinada a todos os poetas de nosso país. Há bons poetas, escrevendo sobre assuntos maravilhosos e extremamente importantes. É preciso que sejam valorizados, independentemente de serem paranaenses ou não. *Nicolau* está de parabéns pela qualidade e pelo tratamento dado às suas matérias. Francisco Filardi, Rio de Janeiro/RJ. (FILARDI, 1992, p. 30)

Contrabalançando a reclamação do leitor, uma carta publicada na mesma edição, assinada pela londrinense Veridiana Vasconcelos, celebra o jornal por este ter ampliado sua visão da “cultura paranaense”, fazendo eco aos supramencionados (e agora já longínquos) votos de Nitis Jacon de que o *Nicolau* pudesse ser um agente eficiente “da paranização deste estado”.

Ainda no que se refere às manifestações dos leitores, se as críticas se mostram geralmente ponderadas, equilibradas no tom, mesclando sugestões com elogios, nem todos se expressam com tamanha reverência ou cordialidade. É o caso do leitor publicado na edição 33, que acusa o jornal não somente da formação de uma “panelinha”, como também de editarem suas cartas conforme a conveniência, ou ainda

– e sobretudo – da carta de Paulo Amarante Figueiras, que destila sua acidez um tanto ingênua ao desancar a própria publicação:

Esse ufanismo paranaquara e curitiboca, que Cartas na Página tão bem espelha, só amplia meu mal-estar ainda mais com relação à tola e vazia cultura brasileira de hoje. Pra que serve a poesia, se as criancinhas de nossa América pedem o pão nas esquinas? Pra que tantos elogios, se nenhum deles mata a fome? Abaixo a literatura, ao menos a de vocês, e viva o alimento no prato do povo. Paulo Amarante Figueiras, Florianópolis/SC. (FIGUEIRAS, 1990, p. 30)

O autor da carta alude, evidentemente, às inúmeras mensagens de orgulho paranaense que o jornal suscitava e foram publicadas na seção *Cartas na Página*. A título de exemplo, a manifestação de Flávia Andrea Silva, leitora de Jaguapitã/PR, quase vizinha à do catarinense: “Tudo de bom para vocês, que valorizam o povo do Paraná diante de todo o Brasil” (SILVA, 1992, p. 30). Vê-se, portanto, que o interesse do *Nicolau* pelos assuntos do estado não passou despercebido por seu público que, se por um lado celebrou seu trabalho de afirmação cultural e a qualidade do conteúdo veiculado, de outro, criticou por diversas vezes a orientação e as escolhas do jornal.

Se o paranismo do *Nicolau* se tornou alvo de críticas por parte de alguns de seus leitores, há que se notar, porém, que o tópico mais evocado em tais manifestações de desagrado é justamente o literário, onde, segundo os leitores críticos, haveria o favorecimento explícito dos autores locais na escolha editorial. É no campo literário, portanto (e sobretudo), que os efeitos da abordagem regional do *Nicolau* são mais facilmente verificáveis. Wilson Bueno, Domingos Pellegrini, Paulo Leminski, Jamil Snege, Sérgio Rubens Sossélla e Helena Kolody: os escritores paranaenses foram os líderes de colaborações para o jornal e sua hegemonia se impunha de forma incontestada.

Ilustrando este quadro, os números da publicação nos revelam a presença hegemônica dos nomes da cultura local. Para esta avaliação, utilizo-me dos levantamentos de temas e autores publicados no periódico durante o tempo em que Wilson Bueno esteve à sua frente (55 edições), realizado por Maria Lúcia de Vieira (1999), em dissertação apresentada ao programa de Letras da Universidade Federal do Paraná. Ainda que o trabalho exclua de seu escopo o conteúdo das cinco últimas edições do tabloide, seus números servem perfeitamente ao propósito aqui estabelecido. Na verdade, a exclusão me parece justa, uma vez que, embora a última fase do jornal seja mencionada aqui e ali neste trabalho, considero que, por fugir abertamente da proposta

original do jornal, os cinco últimos números do *Nicolau* não são representativos da linha editorial que é o foco desta análise. De todo modo, em seu fichamento, Vieira separa os textos/autores por seções (painel, mosaico, crítica, teatro, poesia, ficção, etc.), listando-os em ordem alfabética. Quando convertidos em números, tais dados nos auxiliam a dimensionar o predomínio dos escritores paranaenses no jornal.

No que se refere à ficção em prosa, das 84 narrativas indicadas pela pesquisadora, pelo menos 47 podem ser vinculadas a nomes da vida literária paranaense – a imprecisão se justifica pela dificuldade de encontrarmos dados biográficos sobre muitos dos nomes publicados no jornal, o que me permite aventar a possibilidade de uma presença ainda mais ampla de autores paranaenses. Quando passamos à poesia, verifica-se uma situação similar. Das 182 ocorrências poéticas – o número não se refere aos poemas em si, uma vez que nem sempre a publicação dos poetas se dá por textos avulsos; muitas vezes ela inclui uma seleção de poemas –, 109 são de autores locais ou radicados no estado. Mais uma vez, os nomes cuja biografia não foi encontrada podem elevar um número já bastante significativo, de mais de 60%. Há que se frisar, porém, o fato de não ficar claro no trabalho da pesquisadora se todos os poemas publicados no *Nicolau* tenham sido computados numa mesma seção, dado que seu trabalho apresenta um campo específico para a seção *Revelações*, por exemplo, destinada exclusivamente aos jovens autores do Paraná, sempre inéditos. Somando-se os números desta seção aos já mencionados, o viés provincial do espaço destinado à poesia na publicação alcança, obviamente, um realce ainda maior.

Assim, tal marcante presença da literatura paranaense no *Nicolau* – que não se dá apenas através de textos de poesia e ficção, mas também mediante resgates históricos e memorialísticos da produção literária no Paraná, além de entrevistas e outras formas menos usuais de colaboração – pode ser vista como a principal mola propulsora de uma ruptura que observo na história literária do Paraná durante a década de 1980, quando a produção literária paranaense deixa de ser marcada por uma postura iconoclasta, de negação de precursores, e passa a se voltar para o próprio passado, agora visto como fonte criativa, do que decorre uma miríade de textos compostos a partir de elementos da tradição local. Para que essa diferença surja com maior nitidez, porém, voltemo-nos um instante para a hipótese de trabalho apresentada por Fernando Cerisara Gil em seu artigo “Notas sobre as aporias da literatura no Paraná (ou o porquê de a literatura do Paraná

não ter a sua história)” (GIL, 2009), fundamental para o desenvolvimento do meu raciocínio histórico.

Em seu artigo, tomando as considerações teóricas de Antonio Candido por base, Fernando Gil tece alguns apontamentos sobre a fragilidade estrutural da literatura paranaense, traduzindo-a sob a forma de um descompasso entre o fenômeno literário em si e sua contraparte social. Para o autor, podemos distinguir pelo menos três grandes momentos da produção literária paranaense ao longo da história: a geração simbolista da virada do século XIX para o XX, o surgimento da revista *Joaquim*, na segunda metade da década de 1940, e a geração de autores influenciados pela contracultura dos anos de 1970, da qual Paulo Leminski avulta como principal representante. Analisando a constituição de cada momento e sua relação com o momento anterior, o autor considera que a literatura do Paraná se caracteriza justamente pela ausência de diálogo entre suas diferentes gerações. Tendo por princípio certo anseio que podemos chamar cosmopolita, os principais nomes da literatura local apresentariam um tipo de obsessão pelo vínculo direto com uma arte de extração universal, desejando, sobretudo, uma identificação com o contemporâneo, uma espécie de atualização inorgânica, que ignora a possibilidade de continuidade ao trabalho dos antecessores da província, como se a expressão literária destes novos autores “estivesse por aqui desde sempre” (GIL, 2009, p. 145), tornando desnecessária a tentativa de erguer pontes com o passado local.

De fato, da influência belga e francesa nos simbolistas da virada do século à régua modernista e iconoclasta de Trevisan na revista *Joaquim*, chegando à filiação concretista do primeiro Leminski e sua radicalidade vanguardista em *Catatau* (seu primeiro livro) entre os principais autores da história literária do Paraná, o repertório local jamais foi tido como uma fonte possível de inspiração ou como projeto estético passível de continuidade. Nas palavras de Gil: “é como se a rarefeita acumulação literária exigisse a repetida atualização dos modelos literários, quase como compensação a uma experiência interna literária que não se precipita, que não se configura” (GIL, 2009, p. 145).

Cabe lembrar, porém, que o recorte histórico analisado por Fernando Gil não se desloca até a literatura das últimas quatro décadas, tendo por limite os anos finais da década de 1970. Quando nos voltamos para produção literária do Paraná publicada dos anos 1990 para cá, porém, encontramos algo de muito diverso, que parece contrariar tal

formulação. É o que encontramos, por exemplo, no prefácio à antologia *101 poetas paranaenses*, publicada pela Biblioteca Pública do Paraná, onde o poeta e crítico literário Ademir Demarchi (2014) identifica uma “metapoética” de ordem local como uma das principais marcas da poesia paranaense contemporânea. O conceito indica uma forma de escrita que faz referência ao estilo ou à figura de outros escritores que, neste caso, fazem parte de um imaginário literário do Paraná:

Outra marca comum a vários autores é a metapoética, como na de Glauco Flores de Sá e Brito, que remete a Dalton Trevisan (no qual se pode ler Emiliano Perneta), ou na de Marcelo Sandmann em relação a José Paulo Paes, Dalton, Leminski, e de tantos outros poetas a estes últimos, como Sossélla, com um livro dedicado ao “cachorro louco Paulo Leminski”, além de vários livros ou poemas em que se refere a outros escritores paranaenses transformados em personagens, assim como João Manuel Simões com um livro de poemas que remetem a escritores. Essa escrita poética, assim configurada, estabelece uma prática de leitura crítica curiosa, alimentando um universo próprio de escritores que vão habitando esse espaço imaginário da poesia como se fosse o bairro imaginado do escritor português Gonçalo M. Tavares. (DEMARCHI, 2014, p. 20)

Quando confrontado com uma avaliação crítica da literatura paranaense contemporânea, portanto, o panorama apresentado por Fernando Gil parece deixar escapar algo de essencial, basilar para as mudanças que aconteceram na cultura literária do estado. Em vista disso, se já podemos falar em um contexto de produção literária no Paraná qualitativamente diverso daquele que o estado conheceu em seus momentos precedentes de maior relevância, fruto da emergência de uma tradição interna com contornos mais visíveis e vigorosos, resta ao historiador da literatura, contudo, saber quando e como se deu a largada dessa corrida, ou seja, em que momento os corredores efetivamente tomaram consciência de seu papel dentro do jogo, se é que efetivamente tomaram.

Aqui, portanto, a década de 1980 adquire uma relevância inequívoca, uma vez que postada entre os dois quadros contrastantes. Pelo já exposto, vejo a emergência do jornal *Nicolau* como decisiva para a formação de uma autoconsciência literária de nível regional no Paraná, uma vez que, através dele, a matéria local foi finalmente percebida com distanciamento histórico por toda uma influente geração de escritores paranaenses que, então, passaram a produzir sua ficção e poesia dentro dessa moldura, e não *contra* ela (como antes haviam feito os grandes nomes da província, Dalton Trevisan e Paulo Leminski). Assim, a geração de escritores que orbitou em torno do *Nicolau* constitui a primeira na história literária do Paraná a voltar seus olhos efetivamente para o passado

regional buscando positivar a contribuição das mais diferentes obras, autores e correntes literárias surgidas no estado, sedimentando uma tradição local que, para além de mera curiosidade antiquária, ativaría um diálogo comum aos escritores paranaenses, com vistas à singularização de sua experiência literária. Para tanto, o projeto do *Nicolau* foi fundamental, uma vez que o jornal servia não apenas como catalisador da vida cultural do estado e vitrine para os novos escritores, mas também como referência histórica em relação ao que já estava feito; noutras palavras: como estabelecimento de uma base comum de ordem regional.

Considerações finais

Cultivando o sonho de “inventar o Paraná, de criar um sentimento de pertencimento a uma terra” (PEREIRA, 1998, p. 74), o paranismo do início do século XX se valeu do engajamento de grande parte da intelectualidade paranaense do período (poetas, artistas plásticos, jornalistas, historiadores, etc.), marcando de forma indelével a história intelectual e cultural da região. Embora a plataforma do Movimento Paranista seja, ao contrário da encontrada no jornal *Nicolau*, explícita no que se refere ao regionalismo de base, neste último podemos ver claramente traços que nos remetem ao ideário do grupo de Romário Martins. Entre eles, vale mencionarmos um objetivo comum: por meio da afirmação cultural do estado, e tal como propuseram os paranistas de outrora, o jornal buscou fortalecer os laços do leitor paranaense com a sua terra, buscando forjar uma identidade intelectual e cultural para o estado. Para isso, deu contornos a uma espécie de “inteligência paranaense”, reunindo historiadores, fotógrafos, artistas, jornalistas e escritores da terra, dando visibilidade à “prata da casa”.

Se, porém, a integração cultural do estado consiste num objetivo impossível de ser alcançado através de uma única publicação, é certo que, no que se refere ao desenvolvimento histórico da literatura no Paraná, a postura de afirmação regional do *Nicolau* rendeu frutos, acelerando um processo de autoconsciência da literatura paranaense, antes marcada pelo signo da descontinuidade. Trata-se, portanto, de uma contribuição decisiva para aquela almejada “paranização” do estado, mencionada pelos leitores mais entusiásticos do *Nicolau*, mas também de sua literatura, o que não quer dizer, evidentemente, que ela se distinga de sua matriz brasileira (ou de língua portuguesa) mediante a apresentação de traços estéticos específicos, mas tão somente

que a vida literária estabelecida no Paraná, por revelar dinâmicas próprias, permite e requer um olhar específico sobre ela – exatamente o que nos dispusemos a fazer aqui.

Referências bibliográficas

- ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *História política da Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994.
- DEMARCHI, Ademir (Org.). *101 poetas paranaenses: antologia de escritas poéticas do século XIX ao XXI (1844-1959)*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: Biblioteca Pública do Paraná, 2014. v. 1.
- FIGUEIRAS, Paulo Amarante. Cartas na página. *Nicolau*, Curitiba, ano 4, n. 33, 1990.
- FILARDI, Francisco. Cartas na página. *Nicolau*, Curitiba, ano 6, n. 44, 1992.
- GIL, Fernando Cerisara. Notas sobre as aporias da literatura no Paraná (ou o porquê de a literatura do Paraná não ter a sua história). In: OLIVEIRA, Márcio de; SZWAKO, José (Org.). *Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná*. Curitiba: Ed. UFPR, 2009.
- JACON, Nitis. *Nicolau*, Curitiba, ano 1, n. 2, 1987.
- MARTINS, Romário. Paranística. *A Divulgação*, Curitiba, p. 90-94, fev./mar. 1946.
- NICOLAU (revista). Curitiba: Secretaria de Cultura do Paraná. 1987-1996.
- OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- REQUIÃO, Roberto. Por quê Nicolau? *Nicolau*, Curitiba, ano 6, n. 46, 1992.
- SILVA, Flávia Andrea. Cartas na página. *Nicolau*, Curitiba, ano 6, n. 45, 1992.
- SOUZA, Marco Aurélio de. *O Paraná no Campeonato Nacional das Letras: uma leitura do jornal Nicolau à luz dos problemas da história literária regional*. Curitiba, 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná.
- VASCONCELLOS, Mercedes. Cartas na página. *Nicolau*, Curitiba, ano 3, n. 25, 1989.
- VIEIRA, Maria Lúcia de. *O Nicolau, um jornal cultural*. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

VILAR, Cristina. Cartas na página. *Nicolau*, Curitiba, ano 4, n. 29, 1990.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

Recebido em 15/12/2020

Aceito em 18/01/2021

ⁱ **Marco Aurélio de Souza** é Doutor em Estudos Literários (UFPR), mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade (UEPG). **E-mail:** aurelio.as25@yahoo.com.br